



CONCURSO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ



Universidade
Estadual do Piauí

PROVA 2 – TIPO 1

CARGO: TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA: ADMINISTRATIVA

DATA: 25/01/2009 – HORÁRIO: 8h30min às 12h30min (horário do Piauí)

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- Você deve receber do fiscal o material abaixo:
 - Este caderno com 70 questões objetivas sem repetição ou falha.
 - Um CARTÃO-RESPOSTA destinado às respostas objetivas da prova.
 - Para realizar sua prova, use apenas o material mencionado nas letras a) e b) e em hipótese alguma, papéis para rascunhos.
- Verifique se este material está completo, em ordem e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do CARTÃO-RESPOSTA.
- Após a conferência, você deverá assinar seu nome completo, no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta.
- Escreva o seu nome nos espaços indicados na capa deste CADERNO DE QUESTÕES, observando as condições para tal (assinatura e letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição.
- No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras, correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim.
- Tenha muito cuidado com o CARTÃO-RESPOSTA, para não dobrar, amassar ou manchar, pois este é personalizado e em hipótese alguma poderá ser substituído.
- Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você deve assinalar apenas **uma alternativa para cada questão**; a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**; também serão nulas as marcações rasuradas.
- As questões são identificadas pelo número que fica à esquerda de seu enunciado.
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da Prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir a este respeito.
- Reserve os 30(trinta) minutos finais do tempo de prova para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão levados em conta.
- Quando terminar sua prova, assine a LISTA DE FREQUÊNCIA, entregue ao Fiscal o CADERNO DE QUESTÕES, o CARTÃO-RESPOSTA, que deverão conter, respectivamente, sua assinatura, assinatura/impressão digital, a serem coletadas por este.
- O TEMPO DE DURAÇÃO PARA ESTA PROVA É DE **4h**.
- Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se da sala de prova depois de decorridas **2(duas) horas** de seu início.

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

TEXTO 1

Nordeste: mito e realidade

De modo geral, quase todos os problemas do Nordeste são atribuídos às adversidades climáticas, à ausência ou à escassez das chuvas. É comum ouvirmos dizer que as secas assolam, maltratam os nordestinos. Mas será que é isso mesmo o que acontece? Ou será que é só isso mesmo?

Não se podem negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca. Quando ela ocorre, o sertanejo observa, impotente, sua lavoura morrer, seu gado minguar, os pequenos rios secarem, ocasião em que sua “tragédia” é exibida para todo o Brasil e até mesmo para outros países pelos meios de comunicação.

Os poderes públicos, então, se manifestam anunciando, nos mesmos órgãos de imprensa, medidas que serão tomadas para combater a seca, projetos que serão executados a médio e longo prazos e a liberação de verbas que serão destinadas à distribuição de alimentos, água, remédios etc.

A cada nova catástrofe, a cada nova “calamidade pública” esse procedimento se repete. Mas essas medidas não solucionam o problema. Na próxima seca prolongada, tudo será igual ou pior, dependendo da sua intensidade e duração.

Acontece que os fenômenos naturais – que ocorrem independentemente da vontade dos homens – não justificam todo o peso que lhes é atribuído. A seca existe, sim. A pobreza no Nordeste, também. No entanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre *seca* e *pobreza*.

Os problemas do Nordeste não se resumem à seca, fator tão divulgado e explorado, graças ao interesse de uma minoria preocupada apenas em tirar proveito de uma situação “aparentemente” criada pela natureza.

Para entendermos a problemática da região, é preciso que deixemos de lado as aparências e investiguemos as reais causas que produziram e produzem um Nordeste tão pobre, tão maltratado e com tantas injustiças e desigualdades sociais.

Ao colocarmos a seca como sua causa principal, estaremos deixando de lado as inegáveis vantagens econômicas e políticas que ela traz para alguns setores e estaremos reduzindo à mera fatalidade climática o subdesenvolvimento e a opressão.

A seca apenas acentua uma situação de injustiça historicamente criada.

(Yná Andrighetti. *Nordeste: mito e realidade*. São Paulo: Moderna, 1998, pp. 7-10. Adaptado.)

01. Considerando as idéias expressas no Texto 1, podemos reconhecer que se trata:
- A) de uma narrativa em que se conta a história das secas do Nordeste, com seus cenários e personagens.
 - B) de uma descrição das condições climáticas do Nordeste e dos efeitos sociais e econômicos causados pelas secas prolongadas.
 - C) de uma reflexão pela qual se põe em dúvida a explicação que costuma ser dada para os problemas do Nordeste.
 - D) de uma exposição didática, para apresentar as principais medidas que serão tomadas pelo Governo para combater a seca.
 - E) de um texto para orientação dos projetos que serão executados, a médio e longo prazos, em favor do Nordeste.
02. Pela compreensão global do texto, pode-se perceber que a argumentação do autor, a certa altura do texto, assume uma direção contrária. Isso fica evidente na alternativa:
- A) “De modo geral, quase todos os problemas do Nordeste são atribuídos às adversidades climáticas, à ausência ou à escassez das chuvas”.
 - B) “A cada nova catástrofe, a cada nova ‘calamidade pública’ esse procedimento se repete.”
 - C) “Na próxima seca prolongada, tudo será igual ou pior, dependendo da sua intensidade e duração”.
 - D) “A seca existe, sim. A pobreza no Nordeste, também. No entanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre *seca* e *pobreza*”.
 - E) “Para entendermos a problemática da região, é preciso que deixemos de lado as aparências”.
03. De acordo com o texto, a justificativa maior para os problemas sociais e econômicos do Nordeste encontra-se:
- A) nas secas que regularmente castigam a região e provocam a morte das lavouras.
 - B) nas muitas adversidades climáticas que acontecem periodicamente.
 - C) nas inegáveis vantagens econômicas e políticas que a seca traz para alguns setores.
 - D) nos meios de comunicação que somente se manifestam durante as calamidades.
 - E) na rede fluvial da região, que é pequena e não atende à demanda da agropecuária.
04. Observe: “A cada nova catástrofe, a cada nova ‘calamidade pública’ esse procedimento se repete”. A repetição do segmento sublinhado expressa uma função textual de:
- A) correção.
 - B) contraste.
 - C) paráfrase.
 - D) ênfase.
 - E) reformulação.

- 05.** Os usos formais da língua ditam certas normas para a concordância entre o verbo e o sujeito. Identifique a alternativa que está de acordo com essas normas.
- A) Qual das grandes secas do Nordeste não deixaram grandes marcas de destruição?
 - B) Cada um dos grandes rios do Nordeste poderiam suprir a escassez de água necessária à lavoura.
 - C) Nenhuma das grandes secas do Nordeste pode ser apontada como a causa principal de suas dificuldades econômicas.
 - D) Além da falta de chuva, foi constatado vários tipos de problemas no Nordeste.
 - E) O resultado das últimas grandes secas deixaram grandes prejuízos sociais e econômicos.
- 06.** Leia o trecho seguinte: “O Nordeste, em decorrência das estiagens prolongadas a que tem sido submetido, apresenta grandes problemas econômicos e sociais.” Observe o emprego da preposição antes do pronome relativo – que se deve à regência do verbo. Na mesma perspectiva, analise os enunciados seguintes e assinale aquele que também está correto quanto às normas da regência verbal.
- A) O Nordeste, apesar das estiagens prolongadas de que têm sido atribuídas, apresenta grandes projetos de superação.
 - B) O Nordeste, apesar das secas – das quais têm resultado grandes problemas econômicos – crê nas possibilidades de superação.
 - C) O Nordeste, por causa das secas – a cujas soluções não se pode abrir mão – ainda sofre sérias discriminações.
 - D) O Nordeste, por causa das secas – as quais a imprensa tem feito referências constantes – espera por melhores soluções.
 - E) O Nordeste, por causa das políticas assistenciais – as quais não podemos confiar – viveu grandes problemas.
- 07.** Observe a colocação pronominal no seguinte fragmento: “*Não se pode negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.*” O uso do pronome também estaria correto na alternativa:
- A) Não poderiam-se negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.
 - B) Poderiam-se negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.
 - C) Tinham podido-se negar os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca.
 - D) Ninguém poderia negar-se a reconhecer os efeitos econômicos causados pela seca.
 - E) Os graves efeitos sociais e econômicos causados pela seca, um dia, poderão-se negar.
- 08.** O texto fala em: “inegáveis vantagens”. O prefixo que aparece na palavra sublinhada tem o mesmo sentido daqueles que aparecem em:
- A) inefável; inapto; incremento.
 - B) inábil; injetável; ineficaz.
 - C) inflamável, imberbe, incrustado.
 - D) ímprobo, inalação, inglório.
 - E) indubitável, inepto, incruento.
- 09.** O verbo, no seguinte trecho, está na voz passiva: *Muitos problemas do Nordeste foram provocados pelos interesses de uma minoria corrupta.* Caso o autor tivesse optado pela voz ativa, deveria escrever:
- A) Os interesses de uma minoria corrupta provocam muitos problemas do Nordeste.
 - B) Os interesses de uma minoria corrupta provocavam muitos problemas do Nordeste.
 - C) Os interesses de uma minoria corrupta provocaram muitos problemas do Nordeste.
 - D) Os interesses de uma minoria corrupta provocariam muitos problemas do Nordeste.
 - E) Os interesses de uma minoria corrupta provocarão muitos problemas do Nordeste.
- 10.** Pelo título do texto – *Nordeste: mito e realidade* – já se pode inferir que o tema será tratado numa perspectiva:
- A) monolítica.
 - B) hipotética.
 - C) unilateral.
 - D) lúdica.
 - E) divergente.

Sotaques da resistência

A TV e o rádio bem que forcem, o preconceito regional não dá folga, mas a variedade de sotaques no Brasil está longe de correr risco de extinção. Quem garante são os especialistas em linguagem. O falar brasileiro sofre, é verdade, a pressão imposta pelas normas prestigiadas do idioma, de caráter conservador e uniforme. A expansão dos meios de comunicação de massa, sabe-se, atua a favor de uma unidade linguística, com programas de TV (algumas novelas, por exemplo), que suprimem as nuances autênticas dos falantes e compõem “personagens regionais”, com um modo de falar que pretende ser “típico” mas acaba por ser irreal.

Os linguistas avaliam, no entanto, que nem a força da mídia nem o prestígio do padrão idiomático têm sido capazes de conter a diversidade do falar brasileiro. Apesar de reforçar preconceitos e distorcer dialetos regionais, a mídia não chega a produzir uma homogeneidade nos falares nacionais.

Falar uma única língua num território de dimensões continentais faz parte do imaginário de nossa identidade nacional. Mas até que ponto resiste essa unidade linguística brasileira? É certo que o português falado no Norte seja compreendido no Sudeste, mas a diversidade de sotaques mostra que, se falamos o mesmo idioma, nós o falamos diferentemente.

De onde vêm essas diferenças? Historicamente, as variações de pronúncia, entonação e ritmo observadas no Brasil espelham a expansão heterogênea do português desde a colonização do país. Tupi-guarani, iorubá, banto, castelhano, holandês, francês, árabe, italiano, inglês são alguns dos idiomas que influenciaram a variação existente no português daqui. Herdeiros de uma sociedade estratificada, como a portuguesa, teríamos herdado também o juízo de valor sobre a linguagem. Muitas maneiras de falar seriam estigmatizadas ou discriminadas por denunciar procedência social e nível cultural do falante. É assim que, muitas vezes, o falar alheio causa estranhamento ou é considerado “inferior”, “feio”, “pioir”.

Na verdade, muita pesquisa precisa ser feita antes que se possa dizer algo de definitivo sobre os diferentes falares do Brasil.

(Isadora Marques. Revista *Língua Portuguesa*. Junho de 2007, pp. 22-28. Adaptado).

11. O tema desenvolvido no Texto 2 gira em torno da seguinte questão:

- A) A língua que se fala no Brasil, dada a sua heterogeneidade, corre risco de extinção.
- B) O prestígio do padrão idiomático brasileiro tem sido cada vez mais atuante.
- C) As dimensões continentais de nosso território afetam nossa identidade nacional.
- D) A diversidade do falar brasileiro é, por muitas razões, uma realidade inabalável.
- E) A mídia tem um grande papel na manutenção do padrão idiomático de prestígio.

12. Outro título que confirmaria a totalidade do Texto 2 seria:

- A) A homogeneidade dos dialetos regionais brasileiros.

- B) O estranhamento do falar brasileiro considerado “inferior”, “feio”, “pioir”.
- C) Uma única norma linguística num território de dimensões continentais.
- D) Frustradas as pressões a favor da uniformidade do português falado no Brasil.
- E) A expansão linguística no período da colonização portuguesa.

13. De acordo com o Texto 2, podemos afirmar que as línguas:

- A) são autônomas em relação às influências de outras línguas.
- B) devem objetivar a homogeneidade, para não serem discriminadas.
- C) estão expostas a fatores históricos que repercutem sobre elas.
- D) tendem a ser “piores”, ou “mais feias” em decorrência de suas variações.
- E) se faladas num território de dimensões continentais, sofrem risco de extinção.

14. Releia o início do texto: “A TV e o rádio bem que forcem, o preconceito regional não dá folga, mas a variedade de sotaques no Brasil está longe de correr risco de extinção. Quem garante são os especialistas em linguagem”. Na verdade, o que é que os especialistas em linguagem garantem?

- 1) Existem preconceitos regionais em atuação.
- 2) A TV e o rádio têm sido fortes aliados.
- 3) A variedade de sotaques não vai acabar.
- 4) A TV e o rádio reforçam os preconceitos.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 3 apenas
- C) 2 e 3 apenas
- D) 1, 2 e 4 apenas
- E) 1, 2, 3 e 4

15. Pode-se reconhecer um sentido de causalidade no seguinte fragmento:

- A) “a variedade de sotaques no Brasil está longe de correr risco de extinção”.
- B) “Mas até que ponto resiste essa unidade linguística brasileira?”
- C) “Falar uma única língua num território de dimensões continentais faz parte do imaginário de nossa identidade nacional”.
- D) “Herdeiros de uma sociedade estratificada, como a portuguesa, teríamos herdado também o juízo de valor sobre a linguagem”.
- E) “a diversidade de sotaques mostra que, se falamos o mesmo idioma, nós o falamos diferentemente”.

16. Observe a pontuação do trecho: “Tupi-guarani, iorubá, banto, castelhano, holandês, francês, árabe, italiano, inglês são alguns dos idiomas que influenciaram a variação existente no português daqui”. As vírgulas desse trecho devem-se ao fato de que se trata:

- A) de uma explicação.
- B) de uma paráfrase.
- C) de uma reformulação.
- D) de uma enumeração.
- E) de uma justificativa.

Noções de Informática

17. No fragmento seguinte: “Apesar de reforçar preconceitos e distorcer dialetos regionais, a mídia não chega a produzir uma homogeneidade nos falares nacionais”, a locução sublinhada expressa um sentido de:
- concessão.
 - conclusão.
 - causalidade.
 - finalidade.
 - condição.
18. A propósito da concordância verbo-nominal no seguinte trecho: “Grande parte das diferenças linguísticas do português que conhecemos foi deixada pelos colonizadores”, podemos afirmar que também seria correto dizer:
- Grande parte das diferenças linguísticas do português que conhecemos foram deixada pelos colonizadores.
 - Grande parte das diferenças linguísticas do português que conhecemos foram deixadas pelos colonizadores.
 - Grande parte das diferenças linguísticas do português que conhecemos foi deixadas pelos colonizador.
- Está(ão) correta(s):
- 1, 2, 3
 - 1 apenas
 - 2 apenas
 - 3 apenas
 - 1 e 2 apenas
19. Observe a concordância do verbo ‘haver’ em: *Há muitas maneiras de falar que são estigmatizadas ou discriminadas.* De acordo com as regras da norma-padrão, o verbo *haver* adota uma concordância especial. Identifique, dentre as alternativas abaixo, aquela que está correta, de acordo com tais regras.
- Segundo a história, no período da colonização, haviam muitas línguas em contato.
 - Devido à pluralidade linguística da colônia, houveram muitos choques culturais entre os falantes.
 - Devem haver choques culturais entre os falantes desde que haja diferenças em contato.
 - Se houvessem menos diferenças culturais, o português seria hoje mais homogêneo.
 - Em algumas comunidades, as diferenças linguísticas haviam sido incorporadas aos padrões gerais.
20. Do ponto de vista da sintaxe do português, está bem formado o seguinte enunciado:
- A variedade de sotaques brasileiros estão longe de correr risco de extinção.
 - A força de tantos meios sociais não conseguiu conter a diversidade do falar brasileiro.
 - De onde veio tantas diferenças linguísticas?
 - A mídia não chega à produzir uma homogeneidade nos falares nacionais.
 - As variações de pronúncia e entonação espelha a heterogeneidade do português.
21. No windows XP, para se alternar entre as diversas janelas abertas, podemos utilizar os atalhos de teclado:
- ALT+TAB e SHIFT+ALT+TAB
 - SHIFT+TAB e ALT+SHIFT+TAB
 - CTRL+TAB e CTRL+SHIFT+TAB
 - ATL+TAB e CTRL+TAB
 - SHIFT+ALT+TAB e SHIFT+CTRL+TAB
22. No menu Iniciar clássico do windows XP, podemos encontrar todos os itens abaixo, **exceto**:
- Fazer logoff
 - Trocar usuário
 - Pesquisar
 - Executar
 - Desligar o computador
23. Considerando o Windows explorer do windows XP, assinale a alternativa que corresponde a uma ação e a um resultado corretos.
- Clicando com o botão direito do mouse sobre uma pasta, selecionar o item Recortar para apagá-la.
 - Clicando com o botão esquerdo do mouse sobre uma pasta, utilizar o atalho CTRL+C para copiá-la para a área de transferência.
 - Clicando com o botão esquerdo do mouse sobre uma pasta, utilizar o atalho CTRL+X para duplicar o conteúdo da área de transferência nesta pasta.
 - Clicando com o botão esquerdo do mouse sobre uma pasta, utilizar a sequência de atalho CTRL+C CTRL+V para duplicar esta pasta.
 - Clicando com o botão esquerdo do mouse sobre uma pasta, arrastar seu ícone até uma outra pasta para copiar seu conteúdo.
24. Considerando a configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Word 2003, analise as seguintes afirmações sobre os diversos menus.
- A partir do menu Exibir, temos acesso à ferramenta ‘Contar palavras...’, que fornece estatísticas sobre número de linhas, sentenças, parágrafos e páginas do arquivo.
 - Quebra de páginas, números de páginas e data são alguns dos elementos que podem ser inseridos a partir do menu Inserir.
 - A ferramenta ‘Maiúsculas e minúsculas...’ do menu Formatar permite inverter todas as letras maiúsculas e minúsculas de um trecho selecionado.
- Está(ão) correta(s):
- 1 e 2 apenas
 - 2 apenas
 - 2 e 3 apenas
 - 1 e 3 apenas
 - 1, 2 e 3

25. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Word 2003.


- 1) O item 'Salvar como...' do menu Arquivo permite salvar arquivos em diversos formatos, incluindo 'Texto sem formatação' e 'Modelo de documento'.
- 2) A configuração padrão é criar um cabeçalho ou rodapé diferente para páginas pares e ímpares.
- 3) A partir do item Imprimir do menu arquivo, podemos optar por imprimir apenas a área do arquivo atualmente selecionada.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 1 e 3 apenas
- D) 3 apenas
- E) 1, 2 e 3


26. Na configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Word 2003, a sequência de atalhos do teclado que permite duplicar a seleção atual é:

- A) CTRL+X, CTRL+V, CTRL+V
- B) CTRL+Z, CTRL+V
- C) CTRL+C, CTRL+Z
- D) CTRL+X, CTRL+Z
- E) CTRL+C, CTRL+X, CTRL+X

27. Na configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Excel 2003, o botão  da barra de ferramentas padrão tem por finalidade:

- A) efetuar a correção ortográfica do conteúdo das células selecionadas.
- B) centralizar o conteúdo das células selecionadas.
- C) inserir bordas nas células selecionadas.
- D) converter o conteúdo das células de maiúsculas para minúsculas.
- E) mesclar células e centralizar o conteúdo das células selecionadas.

28. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Office Excel 2003.

- 1) O item 'Imprimir...' do menu Arquivo permite imprimir tanto a planilha selecionada, como uma seleção de células, ou até mesmo todas as pastas de trabalho de uma planilha.
- 2) É possível proceder uma seleção de células não adjacentes.
- 3) O botão  serve para reduzir o número de casas decimais das células selecionadas que tenham valor numérico.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 3 apenas
- D) 2 e 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

29. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Internet Explorer 6.0.

- 1) O histórico de navegação ocupa um espaço de armazenamento, de tamanho definido em termos do número de páginas visitadas.
- 2) A qualquer momento, é possível limpar o histórico de navegação, a partir da guia Geral do item 'Opções da Internet' do menu Ferramentas.
- 3) Os links para páginas que se encontram no histórico de navegação são mostrados em coloração diferente dos links para páginas ainda não visitadas.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 3 apenas
- D) 2 e 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

30. Considere as seguintes afirmações sobre a configuração padrão do aplicativo Microsoft Internet Outlook Express 6.0.

- 1) Cada contato do Catálogo de endereços deve conter pelo menos um endereço de email.
- 2) O endereço de email definido como padrão será sempre usado quando o contato for usado como destinatário de mensagens.
- 3) Para cada contato do Catálogo de endereços, é possível definir se mensagens devem ser enviadas com ou sem formatação.

Está(ão) correta(s):

- A) 1 apenas
- B) 2 apenas
- C) 3 apenas
- D) 2 e 3 apenas
- E) 1, 2 e 3

Legislação

31. Em relação às funções e à estrutura do Ministério Público, assinale a afirmativa correta.

- A) O Ministério Público da União compreende o Ministério Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.
- B) O Ministério Público da União compreende o Ministério Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
- C) As funções dos Ministérios Públicos dos Estados, nos termos previstos em lei, podem ser exercidas por Defensores Públicos ou por Procuradores do Estado.
- D) Compete ao Ministério Público exercer o controle interno da atividade policial, observado o disposto em lei complementar.
- E) Os Ministérios Públicos dos Estados são diretamente subordinados aos respectivos Governadores dos Estados.

32. São princípios institucionais do Ministério Público:

- A) a moralidade, a legalidade e a impessoalidade.
- B) a moralidade, a legalidade e a publicidade.
- C) a eficiência, a moralidade e a impessoalidade.
- D) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- E) a divisibilidade, a legalidade e a independência funcional.

33. Os membros do Ministério Público podem:

- A) exercer a advocacia.
- B) exercer atividade político-partidária.
- C) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, exceto percentagens das custas processuais.
- D) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.
- E) exercer outra função pública, desde que de magistério.

34. Nos termos da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e dispôs sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça são entidades de execução do Ministério Público.
- B) São órgãos auxiliares do Ministério Público, além de outros criados pela Lei Orgânica: os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
- C) São órgãos da Administração Superior do Ministério Público: a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- D) As Promotorias de Justiça não poderão ser extrajudiciais.
- E) Cabe aos Procuradores de Justiça exercer as atribuições junto aos Tribunais, desde que não cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, e inclusive por delegação deste.

35. Em relação às garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria.
- B) A vitaliciedade é alcançada após dois anos de efetivo exercício.
- C) O membro do Ministério Público goza de prerrogativa de ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou a autoridade competente.
- D) O membro do Ministério Público goza de prerrogativa de ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou à sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão em decorrência de condenação da qual não caiba mais recurso.

E) O membro do Ministério Público goza da prerrogativa de ter assegurado o direito de acesso, retificação e complementação dos dados e informações relativos à sua pessoa, existentes nos órgãos da instituição, na forma da Lei Orgânica.

36. Nos termos da Lei n. 8.625, de 1993, assinale a alternativa **incorreta**, quanto aos afastamentos que são considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para vitaliciamento.

- A) Férias.
- B) Licença para tratamento de saúde.
- C) Licença por motivo de doença em pessoa da família.
- D) Licença para exercício de mandato eletivo de Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador.
- E) Licença por luto, até oito dias, em virtude de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras e genros.

37. No que concerne à carreira do membro do Ministério Público, nos termos da Lei n. 8.625, de 1993, podemos afirmar o que segue.

- A) O ingresso na carreira depende da aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos.
- B) A reintegração, que decorrerá de sentença transitada em julgado, é o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, exclusive a contagem do tempo de serviço.
- C) O aproveitamento é o retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional.
- D) A reversão dar-se-á na entrância em que se aposentou o membro do Ministério Público, em vaga a ser provida pelo critério de antiguidade, observados os requisitos legais.
- E) O membro do Ministério Público não poderá ser aproveitado no órgão de execução que ocupava quando posto em disponibilidade.

38. Compete à Corregedoria-Geral do Ministério Público, **exceto**:

- A) realizar correições e inspeções.
- B) propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica, o não vitaliciamento de membro do Ministério Público.
- C) fazer recomendações, com caráter vinculativo, a órgão de execução.
- D) realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça.
- E) remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.

39. Nos termos da Lei Complementar estadual n. 12, de 18 de dezembro de 1993, relativamente à autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, é correto afirmar que, ao Ministério Público é assegurado:

- A) eleger seus membros para comporem os órgãos de administração superior.
- B) elaborar seus regimentos internos, posteriormente ratificados pelo Poder Legislativo.
- C) praticar atos de gestão, posteriormente ratificados ou retificados pelo Governador do Estado.
- D) elaborar suas folhas de pagamentos a serem aprovadas e pagas pela Secretaria de Administração do Estado do Piauí.
- E) praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal de carreira e inativo e dos servidores auxiliares, organizados em quadros próprios, após sugestão fundamentada da Diretoria de Pessoal da Secretaria de Administração do Estado do Piauí.

40. Nos termos da Lei Complementar estadual n. 12, de 18 de dezembro de 1993, são competências dos Promotores de Justiça:

- 1) propor ação penal pública, na forma da lei, oferecer denúncias substitutivas, libelo e aditar queixas.
- 2) officiar nos processos de competência originária dos Tribunais, nos limites estabelecidos nesta Lei.
- 3) acompanhar inquéritos policiais, bem como requisitar a sua abertura, o retorno à autoridade policial para novas diligências e investigações, nos termos da presente Lei.
- 4) impetrar *habeas-corpus*, *habeas-data*, mandado de injunção, mandado de segurança e requerer correição parcial ou reclamação, inclusive perante os Tribunais competentes.
- 5) participar do Conselho Penitenciário quando designado.

Estão corretas:

- A) 1, 2, 3, 4 e 5
- B) 1, 3, 4 e 5 apenas
- C) 2, 3, 4 e 5 apenas
- D) 3, 4 e 5 apenas
- E) 1 e 2 apenas

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Área Administrativa

41. Em relação aos princípios que informam o regime jurídico-administrativo, identifique a alternativa correta.

- A) O princípio da legalidade é incompatível com a discricionariedade administrativa.
- B) O princípio da eficiência vincula-se à noção de administração patrimonialista.
- C) A exigência constitucional de concurso público para a investidura em cargo ou emprego público, ressalvadas as nomeações para cargos de confiança, tem por fundamento o princípio da isonomia.
- D) O princípio da impessoalidade está vinculado à limitação da discricionariedade administrativa.
- E) O exercício do poder de polícia prescinde da observância do princípio da legalidade, haja vista a supremacia do interesse público.

42. À luz da teoria dos atos administrativos, complete corretamente as lacunas dos enunciados enumerados de 1 a 5 com os fragmentos apresentados a seguir.

- 1) A apreciação da conveniência e da oportunidade do ato administrativo _____.
- 2) O ato administrativo que contenha vício insanável de legalidade _____.
- 3) A competência para a prática do ato administrativo _____.
- 4) A aposentadoria compulsória por implemento de idade _____.
- 5) A discricionariedade _____.

- () pode ser objeto de delegação
- () deve ser anulado, com efeito retroativo
- () pode implicar a revogação do ato, sem efeito retroativo
- () é um ato vinculado
- () não pode ser objeto de controle pelo Poder Judiciário

A seqüência correta é:

- A) 1, 3, 4, 5, 2
- B) 3, 2, 1, 4, 5
- C) 1, 3, 4, 2, 5
- D) 5, 4, 3, 2, 1
- E) 1, 2, 3, 5, 4

43. O poder de autotutela da Administração Pública tem por fundamento, notadamente, os seguintes princípios:

- A) impessoalidade e publicidade.
- B) impessoalidade e legalidade.
- C) continuidade do serviço público e proporcionalidade.
- D) legalidade e eficiência.
- E) legalidade e supremacia do interesse público.

44. Acerca dos princípios do direito administrativo brasileiro, podemos afirmar o que segue.
- A) No âmbito da Administração pública, o sigilo, como exceção ao princípio da publicidade, é inadmissível ante a existência de determinação constitucional que veda sua adoção.
 - B) O princípio da motivação não exige a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão administrativa.
 - C) O princípio da autotutela é relativo ao controle que a Administração Pública exerce sobre os próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes ou inoportunos.
 - D) O princípio da segurança jurídica permite, nos processos administrativos, a aplicação retroativa por parte da Administração Pública de nova interpretação.
 - E) Segundo o princípio da publicidade, o nome do administrador deve constar dos atos, obras, serviços e campanhas do Poder Público.
45. Quanto às entidades da Administração Pública, é correto afirmar que:
- A) as autarquias, pessoas jurídicas de direito público, integram a administração direta.
 - B) as sociedades de economia mista são dotadas de personalidade jurídica de direito privado, enquanto as empresas públicas têm personalidade jurídica de direito público.
 - C) as fundações públicas só podem ser criadas para a prestação de serviços públicos, ou seja, não podem explorar atividades econômicas.
 - D) compete à Justiça Federal julgar as causas em que é parte a sociedade de economia mista no âmbito federal.
 - E) as autarquias são criadas por lei para exploração de atividades econômicas.
46. É exemplo de desconcentração administrativa a criação de uma:
- A) fundação pública.
 - B) sociedade de economia mista.
 - C) empresa pública.
 - D) autarquia.
 - E) uma secretaria de estado.
47. No que concerne à estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que:
- A) as entidades da administração indireta são dotadas de personalidade jurídica, enquanto os órgãos públicos não são dotados de personalidade jurídica.
 - B) as fundações públicas de direito público não podem exercer poder de polícia administrativa.
 - C) a participação da sociedade de economia mista em empresa privada prescinde de autorização legislativa.
 - D) a área de atuação da fundação deve ser objeto de lei ordinária.
 - E) a criação de subsidiária de uma empresa pública é vedada pela Constituição Federal.
48. Havendo compatibilidade de horários, é possível a acumulação remunerada do exercício do cargo público com o desempenho do seguinte mandato eletivo:
- A) Deputado Federal.
 - B) Deputado Estadual.
 - C) Prefeito Municipal.
 - D) Senador.
 - E) Vereador.
49. Em relação ao instituto da estabilidade, é correto afirmar que:
- A) o empregado público, por haver prestado concurso, é susceptível de adquirir a estabilidade no emprego público.
 - B) o servidor público, nomeado para cargo de provimento efetivo, adquire estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício.
 - C) a estabilidade é extensiva aos ocupantes de cargo público ou de emprego público.
 - D) estabilidade e vitaliciedade são atributos dos cargos de provimento efetivo.
 - E) estabilidade gera para o servidor estável o direito a permanecer em disponibilidade, com remuneração integral, no caso de extinção do seu cargo, até seu aproveitamento em outro cargo.
50. Em decorrência da determinação constitucional de prévia aprovação em concurso público, é vedada a movimentação do titular do cargo efetivo por meio de:
- A) Promoção.
 - B) Progressão.
 - C) Acesso.
 - D) Reversão.
 - E) Reintegração.
51. Quanto à responsabilidade do servidor público, assinale a alternativa **incorreta**.
- A) As sanções administrativas, civis e penais poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
 - B) No caso de absolvição criminal que negue a existência do fato, não poderá subsistir a responsabilidade administrativa e a civil.
 - C) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores do servidor, limitada ao quinhão hereditário.
 - D) A responsabilidade do servidor, assim como a do Estado, é objetiva.
 - E) A responsabilidade administrativa pode resultar da ação ou da omissão do servidor.

52. Em relação aos contratos administrativos regidos pela Lei n. 8.666, de 21 de julho de 1993, e alterações, é **incorreto** afirmar que:

- A) as cláusulas exorbitantes em um contrato administrativo dispõem, nos termos da lei, sobre prerrogativas especiais da administração não extensíveis à outra parte contratante.
- B) a Administração, mesmo dispondo de prerrogativas especiais, não pode descumprir as condições do edital.
- C) a garantia, quando exigida, pode ser prestada à escolha do contratado entre as modalidades legalmente previstas.
- D) a Administração pode alterar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras e monetárias.
- E) é vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

53. Quanto ao processo de licitação, nos termos da Lei n. 8.666, de 21 de julho de 1993, e alterações, analise as afirmativas a seguir.

- 1) O licitante, até a conclusão da fase de habilitação, poderá desistir da proposta, sem necessidade de justificativas.
- 2) A compra de bem imóvel pela Administração depende de licitação, na modalidade concorrência.
- 3) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos profissionais, de natureza singular, especializados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- 4) Dentre os princípios informadores da licitação, o da vinculação ao edital se dirige tanto à Administração Pública quanto aos licitantes.
- 5) As hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas em lei, são meramente exemplificativas, sendo, no entanto, exaustivas as que contemplam sua dispensa.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 2 e 3
- B) 2, 4 e 5
- C) 1, 3 e 5
- D) 2 e 5
- E) 1, 2, 3 e 4

54. Em relação ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) A fiscalização e o controle do Poder Executivo são atividades privativas do Poder Legislativo.
- B) O sistema de controle interno não tem a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- C) No âmbito do controle externo, não compete aos Tribunais de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso público.
- D) A revogação, por decisão judicial, de um ato do Poder Executivo é exemplo de controle externo.
- E) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante os Tribunais de Contas.

55. Quanto aos atos administrativos, analise as afirmativas abaixo.

- 1) A inversão do ônus da prova relaciona-se com o atributo da presunção de legitimidade do ato administrativo.
- 2) O ato administrativo que contenha vício insanável de legalidade deve ser anulado, sem efeito retroativo.
- 3) A extinção de um ato administrativo perfeito, por motivo de conveniência e oportunidade, denomina-se revogação.
- 4) A expedição de uma certidão pela Administração Pública pode ser caracterizada como um ato administrativo declaratório.
- 5) Ato administrativo discricionário é aquele em que o poder de agir da Administração é completamente livre, até mesmo no que concerne à competência para a prática do ato.

Estão corretas apenas:

- A) 1, 3, 4 e 5
- B) 2, 3 e 5
- C) 4 e 5
- D) 2 e 3
- E) 1, 3 e 4

56. O remédio constitucional a ser utilizado por servidor do Ministério Público contra ato do respectivo departamento de gestão de pessoas que se recusa a alterar informações inverídicas constantes de registros funcionais, é:

- A) o mandado de segurança preventivo.
- B) o mandado de segurança repressivo.
- C) o *habeas corpus*.
- D) o *habeas data*.
- E) a ação popular.

57. Apresenta-se como expressão da garantia fundamental contida no princípio do juiz natural (artigo 5º, XXXVII e LIII, da Constituição Federal):

- A) a proibição do emprego de elementos probantes obtidos por meio ilícito.
- B) a tendência à remoção de quaisquer obstáculos formais ou materiais ao acesso à justiça dos cidadãos.
- C) a previsão de recursos e de instâncias revisoras para o caso de insatisfação do cidadão com o resultado da prestação judicial.
- D) a oportunidade plena de apresentar defesa contra pretensões que lhe são submetidas em juízo.
- E) a obrigatoriedade de distribuição aleatória dos processos entre os órgãos jurisdicionais de igual competência.

58. No que diz respeito à organização institucional e administrativa do Ministério Público, tal como previsto na Constituição Federal, a característica que se traduz na não vinculação pessoal de seus membros aos processos, podendo haver substituição de uns pelos outros, sem qualquer prejuízo, é denominada:

- A) Independência funcional.
- B) Unidade.
- C) Indivisibilidade.
- D) Impessoalidade.
- E) Inamovibilidade.

59. O conceito de discriminação positiva, melhor conhecido como ações afirmativas, tem origem no conceito contemporâneo de igualdade – a isonomia material – em que a todos os cidadãos é garantida a virtual garantia de oportunidades, ainda que seja necessária uma atuação concreta da Administração Pública. Neste sentido, analise os itens abaixo.
- 1) A reserva de vagas em concurso público para portadores de necessidades especiais.
 - 2) A previsão de quotas nas universidades para alunos advindos do ensino público.
 - 3) O atendimento preferencial a idosos em estabelecimentos comerciais.
 - 4) A contratação de mulheres para a função de agente penitenciário em presídio feminino.
 - 5) A prioridade na tramitação de processos judiciais em que constem como parte pessoas maiores de sessenta anos.
- Encaixam-se no conceito de ações afirmativas:
- A) 1, 2 e 5 apenas
 - B) 2, 3 e 4 apenas
 - C) 3, 4 e 5 apenas
 - D) 1, 2, 3 e 5 apenas
 - E) 1, 2, 3, 4 e 5
60. Segundo posicionamento vigente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o exercício do direito de greve, por servidor estatutário integrante da Administração Pública direta:
- A) é inconstitucional.
 - B) é constitucional, independentemente de norma regulamentadora.
 - C) é constitucional, desde que respeitados apenas os preceitos contidos na Constituição Federal.
 - D) é constitucional, desde que não se trate de categoria enquadrada nas chamadas funções de estado.
 - E) é constitucional, aplicando-lhes as normas relativas à greve dos empregados celetistas até a edição de norma regulamentar específica.
61. Consiste em hipótese prevista no texto constitucional, relativa ao exercício dos direitos políticos, caracterizadora de inelegibilidade absoluta:
- A) a candidatura de um prefeito municipal para um terceiro mandato.
 - B) a candidatura de estrangeiro, embora residente no Brasil.
 - C) a candidatura de cônjuge do governador de Estado, nos seis meses anteriores ao fim do respectivo mandato.
 - D) a candidatura de militar, com menos de dez anos de serviço, sem afastamento de suas funções institucionais.
 - E) a candidatura de gestor condenado por ato de improbidade administrativa, durante o período previsto para a execução de sua pena.
62. Entre os direitos sociais assegurados pelo ordenamento constitucional aos servidores ocupantes de cargo público pelo regime jurídico estatutário, **não** se encontra:
- A) a garantia de vencimento nunca inferior ao salário mínimo para os regimes de remuneração variável.
 - B) licença à gestante, sem prejuízo do cargo e do salário, com duração de cento e vinte dias.
 - C) salário família pago em razão do dependente do servidor de baixa renda, nos termos da legislação.
 - D) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.
 - E) o recolhimento de contribuições para o fundo de garantia por tempo de serviço e a possibilidade de utilizar tais valores para adquirir a casa própria.
63. Podem impetrar o remédio constitucional do mandado de segurança coletivo, **exceto**:
- A) o Ministério Público.
 - B) o partido político que possua, ao menos, um deputado federal filiado.
 - C) a Ordem dos Advogados do Brasil.
 - D) o Conselho Federal de Medicina.
 - E) a associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.
64. Trata-se de um procedimento, de iniciativa individual, voltado a anular ato administrativo lesivo ao patrimônio público ou contrário à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, capaz de produzir uma decisão judicial de eficácia coletiva ou difusa:
- A) ação civil pública.
 - B) ação popular.
 - C) ação direta de inconstitucionalidade.
 - D) mandado de injunção.
 - E) mandado de segurança.
65. A doutrina constitucional dos “frutos da árvore envenenada” (*fruits of a poisoned tree*), originada na jurisprudência da Suprema Corte norte-americana e submetida a excepcional relativização por critérios de proporcionalidade pelo nosso Supremo Tribunal Federal, relaciona-se com a garantia fundamental:
- A) da ampla defesa.
 - B) da publicidade.
 - C) da obrigatória motivação.
 - D) da proibição das provas ilícitas.
 - E) da razoável duração do processo.
66. “A _____ é o modo pelo qual um estrangeiro é entregue pela autoridade judiciária a outro Estado para ser julgado por delito a ele imputado, salva hipótese de crime político ou de opinião, em que proibida por garantia fundamental”. A expressão que preenche corretamente a lacuna é:
- A) extradição.
 - B) deportação.
 - C) expulsão.
 - D) pena de banimento.
 - E) declaração de *persona non grata*.

67. As pretensões de indenização, por dano moral ou material, resultantes de acidente de trabalho causados a empregado de empresa pública federal, deverão ser ajuizadas perante a:

- A) Justiça Estadual.
- B) Justiça Federal.
- C) Justiça do Trabalho.
- D) Justiça Militar.
- E) Justiça de Paz.

68. No que diz respeito à natureza jurídica do ministério público, é correto afirmar que tal ministério:

- A) integra a estrutura técnico-administrativa do Poder Executivo, sem subordinação à sua chefia.
- B) integra a estrutura técnico-administrativa do Poder Judiciário, com subordinação à sua chefia.
- C) integra a própria carreira da magistratura estadual e federal, chegando o órgão a funções jurisdicionais por promoção.
- D) é uma instituição vinculada ao Poder Legislativo, servindo à proteção da coisa pública e ao desenvolvimento de atividade fiscalizadora.
- E) é uma instituição permanente e autônoma, essencial à função jurisdicional do Estado, na defesa de interesses previstos no texto constitucional.

69. A destituição de Procurador Geral de Justiça nos Estados e no Distrito Federal ocorrerá:

- A) pelo voto da maioria absoluta dos membros do respectivo colégio de procuradores de justiça.
- B) pelo voto da maioria absoluta dos parlamentares integrantes da respectiva Assembléia Legislativa estadual ou distrital.
- C) pelo voto da maioria absoluta dos parlamentares integrantes do Senado Federal.
- D) pelo voto da maioria absoluta dos Desembargadores integrantes do pleno ou do órgão especial do respectivo Tribunal de Justiça.
- E) pela condenação em processo criminal pela maioria absoluta dos Desembargadores integrantes do pleno ou do órgão especial do respectivo Tribunal de Justiça.

70. A competência para julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição estadual é:

- A) do Supremo Tribunal Federal.
- B) do Superior Tribunal de Justiça.
- C) do Tribunal Regional Federal.
- D) do Tribunal de Justiça.
- E) dos Juízes de Direito.